

UMA ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO ENTRE CRISE ECONÔMICA NO SETOR PRIVADO E AUMENTO DA DEMANDA POR SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

AUTORIA:

Isabella Fonseca Moreira, moreiraisabella1999@gmail.com

André Luís Bertassi, bertassi@ufsj.edu.br

Luiz Gustavo Camarano Nazareth, luizgustavo@ufsj.edu.br

1 INTRODUÇÃO

É existente nos países uma divisão estrutural entre dois diferentes setores, que são denominados por: o primeiro setor público e o segundo o setor privado. O setor público, se refere a parte estatal, onde o estado é o centro, nele estão contidos os entes responsáveis pelo recolhimento de tributos do país em forma monetária e seu posterior repasse para toda população em forma de serviços gratuitos (Santiago 2005). Já o setor privado se refere ao restante não pertencente a parte estatal, ou seja, as pessoas em geral, que possuem um conjunto de iniciativas econômicas que não dependem diretamente do estado, isto é, independentes por si só, para o seu funcionamento, estes por sua vez ofertam seus serviços e produtos com a finalidade de obter uma contraprestação em dinheiro do adquirente, posteriormente utilizada para suprimento de suas necessidades, e de até mesmo de seu bem estar. Esses dois setores, por sua vez possuem uma correlação um tanto quanto perceptíveis, entre si (OLIVEIRA, 2007).

Mesmo havendo diversas diferenças facilmente notadas entre os dois setores estudados, tais como suas características diferentes, leis próprias de cada um deles, objetivos, finalidade, e em sua estrutura de funcionamento, entre outras diversas características marcantes, no geral, esses dois setores atuam juntos, como complemento um do outro. Analisando a questão da correlação do setor privado e do setor público, no presente artigo esta análise é voltada de maneira nítida, para a ótica financeira. É notado que neste caso há uma relação inversa, no que tange recursos e serviços.

Colocando-se no centro da observação do presente estudo, o setor privado, é possível dizer que quando este possui uma posse maior de recursos financeiros, ele se torna um tanto quanto autossuficiente para suprimento de suas necessidades, ou seja, das pessoas, isto é, quando as pessoas possuem dinheiro suficiente para suprir suas necessidades e ainda gerar bem estar, acabam por procurar serviços particulares, o que ocasiona o aumento de sua própria demanda. Estudos de Medes e Souza (2006) comprovam que há relações de oscilações econômicas atreladas diretamente à demanda dos serviços públicos. Acredita-se que quando o setor privado se encontra com um certo nível de escassez de recursos financeiros, o contrário do que aconteceu, pode ser observado, as pessoas procuram os serviços que são ofertados sem a obrigatoriedade de uma contraprestação imediata em dinheiro, o que é a realidade dos serviços ofertados pelo setor público.

Em relação aos recursos, que se encontram dentro de um país, esses são demonstrados e medidos pelo indicador Produto Interno Bruto (PIB) nacional, pois ambos possuem relação direta. Analisando suas sucessões de valores anuais, é demonstrado que: quando a economia do país possui valores positivos e crescentes, o PIB (produto interno bruto) segue os mesmos patamares, assim como quando o PIB (produto interno bruto) for apresentado em valores baixos e decrescentes, isso, também se refere a um reflexo da economia, que se encontra em estado indesejável, sendo popularmente conhecida como uma crise econômica.

Este trabalho tem como proposta averiguar se: existe relação entre uma crise econômica no setor privado e um aumento de demanda no setor público? O objetivo é correlacionar como uma crise no setor privado (medida por meio dos valores do PIB- produto interno bruto), vem a ocasionar um aumento na demanda dos serviços no setor público, e divulgar os resultados obtidos, possibilitando uma análise específica de como uma queda no

PIB (produto interno bruto) pode levar um aumento na demanda dos serviços públicos de saúde.

Em decorrência das constatações e premissas apresentadas, a fim de preencher uma das diversas lacunas existentes, propõe-se elaborar uma pesquisa referente aos serviços de saúde ofertados pelo setor público, visando analisá-los durante os períodos de crise econômica do setor privado, portanto, o objetivo principal deste estudo será analisar, por meio do número de serviços ofertados, se existe uma variação relacionada com os tempos de crise.

A pesquisa foi realizada com o objetivo de comprovar se existe uma relação entre os serviços de saúde públicos ofertados no Brasil, e os recursos da sociedade, sua variação em determinadas épocas de acordo com a realidade econômica do país no mesmo período. Se constatada essa relação, o trabalho contribui para auxiliar no desenvolvimento de melhores práticas de planejamento estratégico em crises futuras. Isto é, mostrando que até mesmo a origem dos serviços essenciais, tais como o de saúde, é influenciado pela falta de recursos e também mostrando que ele afeta todos os setores.

2 SERVIÇOS PÚBLICOS E INDICADORES

A economia das nações, é um tema que está diretamente relacionado a sua posse ou não de recursos. Segundo Bresser-Pereira (2008), uma boa economia é definida como o “processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população”. Sendo assim, quanto mais uma nação aumentar sua produtividade, e respectivamente os seus salários e o padrão de vida da população (seus recursos), melhor será a sua economia, isso porque, quanto mais recursos uma nação possuir, maior será o bem estar de sua população. Novamente conforme mencionado por Bresser-Pereira (2008) em relação ao bem estar “O desenvolvimento econômico visa atender diretamente um objetivo político fundamental das sociedades modernas – o bem estar”. Nota-se, portanto, uma relação direta, quanto mais recursos uma nação possuir, melhor é considerada a sua economia.

Essa boa economia, essa economia almejada pelas nações, significa sua riqueza, e essa riqueza que é determinada pelos recursos que as determinadas nações possuem, se fazem necessárias de serem medidas, pois as mesmas determinam a evolução dos países, ou seja, o seu desenvolvimento em relação a sua posse de bens. Para se medir essa evolução/desenvolvimento durante um certo período de tempo, se faz necessário o uso de alguma ferramenta, e é neste contexto que se utilizam os indicadores, que por meio dos dados e informações coletados referente a informações que se deseja obter, refletem a conclusão da citada análise (Siedenberg 2003).

Dentre a criação e uso de diversos indicadores, para medida de diversas áreas em mesma base, permitindo assim um comparativo de maneira clara e eficiente, um deles teve destaque, em relação a medida da riqueza das nações, e mesmo que tenha sofrido alguma alteração durante os tempos, e sido aprimorado, atualmente é o que mais se utiliza para demonstração dos recursos dos países, este indicador é o PIB (produto interno bruto). Segundo Czimikoski (2015, p. 15) “O cálculo do PIB (produto interno bruto) foi criado por Simon Kuznets próximo dos anos 1930, período chamado Grande Depressão e também da segunda guerra mundial, com o propósito de mensurar o quanto uma nação era grande economicamente rica” E é neste contexto que surge o indicador PIB (produto interno bruto), que passa a ser usado como indicador de medida do desenvolvimento. Sendo o mesmo,

segundo Sandroni (1987, p. 234) “valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços”, ele mede por meio dos recursos: consumo das famílias, investimentos, entre outros, o desenvolvimento econômico da nação.

Mais tarde na Europa, o cálculo do PIB (produto interno bruto) foi modernizado e incorporado, ou seja, foi analisado, estudado e sofreu melhorias feitas pelo britânico Richard Stone em 1937, fazendo com que o indicador se tornasse mais claro e concreto. (Czimikoski 2015). Já nos EUS (Estados Unidos) a expressão “indicadores sociais” surgiu em 1966 (ALTMANN, 1981).

No Brasil, o uso desses indicadores é algo consideravelmente recente, Segundo Czimikoski (2015, p. 15) “o Fundo Monetário Internacional (FMI) tratou de espalhar seus conceitos por todo mundo, chegando ao Brasil em 1948 com responsabilidade do IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística)”. Em meados de 1970, com o crescimento econômico brasileiro, e a necessidade de se medir a sua evolução, ele foi um tanto quanto significativo, entre 1975 e 1979, o governo reconheceu um problema, e propôs uma política social para auxiliar em sua redução, ou até mesmo tentar extingui-la. Foi a partir de então que os indicadores apareceram com grande frequência no Brasil, para auxiliar nas medidas dos bens matérias dos menos favorecidos, na tentativa de tentar mitigar esse problema. A partir de então o uso de indicadores foi se difundindo sobre todo o país, servindo como forma de auxílio para pesquisas, e a partir das pesquisas, auxiliar nos estudos. O uso dos indicadores foram se aprimorando cada vez mais ao longo dos tempos, até chegar no estágio em que se encontram nos dias de hoje. (Santagada 2007).

Os estudos de Czimikoski (2015, p. 15), afirmam que “A principal fórmula para o cálculo do PIB (produto interno bruto) é a soma dos seguintes dados: consumo privado (representado pela letra “C”), investimento total feito na região, estado ou país (representado pela letra “I”), gastos do governo (representado pela letra “G”) e exportações (representado pela letra “X”) deduzidas das importações (representada pela letra “M”); em suma, portanto a sua fórmula se dá pela seguinte soma: $PIB=C+I+G+(X-I)$. São contabilizadas a produção industrial de forma geral, agropecuária e agricultura, serviços, o consumo das famílias, os gastos do governo, o investimento das empresas e a balança comercial. Totalizando por volta de 56 atividades econômicas e mais de 110 mercadorias e serviços.” A partir da sua fórmula de cálculo, pode-se chegar à conclusão que qualquer variação em alguma de suas variáveis, levará a uma variação em seu valor. Além de se notar com facilidade, que qualquer agregação de valor dentro de um país, é medida por ela, dentro de suas variáveis.

Se tratando dos serviços ofertados pelo estado, ou seja, os serviços públicos, sabe-se que os mesmos estão cada vez mais amplos e diversificados, prestados inteiramente pela parte referente ao setor público o autor, o define da seguinte forma:

Serviço público é toda atividade material fornecida pelo Estado, ou por quem esteja a agir no exercício da função administrativa se houver permissão constitucional e legal para isso, com o fim de implementação de deveres consagrados constitucionalmente relacionados à utilidade pública, que deve ser concretizada, sob regime prevalente de Direito Público. (FIGUEREDO, 2003, p. 78-79)

Ao se tratar de serviços públicos, a primeiro momento, nota-se apenas a parte beneficente ao cidadão, sem que haja uma contraprestação ao estado, visto que em sua prestação, não uma forma de pagamento feita na hora, como é feita com desembolso no setor privado. Pelo contrário, de acordo com:

Estado assumiu novamente a produção e exploração destas atividades consideradas como serviços públicos, o foco regulatório era muito mais o interesse do Estado do que do indivíduo que se utilizava (ou deveria se utilizar) da respectiva atividade. O progresso tecnológico, a detenção de ativos estratégicos, o controle sobre vetores de desenvolvimento econômico ou a preservação da soberania nacional eram os objetivos da regulação estatal sobre estas atividades. (NETO, 2002, p. 12)

Dentre os serviços públicos ofertados, podem ser citados, serviços como os de saúde, educação, transporte, tratamento de água, de esgoto, e de lixo, distribuição de energia elétrica, gás e água, distribuição de medicamentos, entre outros, que podem ser observados dentro de nossa cidade...

Para manter os funcionários e os materiais necessários para a prestação de serviço, faz-se necessário que o estado detenha de algum recurso, e que esse recurso venha de algum lugar, fazendo jus a ideia de que os recursos são escassos. Para manter o funcionamento dos seus serviços, o estado se “financia” por meio dos tributos que são cobrados dos cidadãos. (Santiago, 2005). Além dos serviços, que são cobrados uma taxa, que também retornará como uma forma de suprir as necessidades necessárias para que os serviços continuem sendo prestados.

Porém apesar de os valores de tributos serem muitas das vezes destinados para regulamentação dessas atividades nomeadas como serviços públicos, o pagamento dos tributos não está em sua totalidade diretamente vinculado a prestação de serviço, logo, ele deverá ser prestado independentemente de haver ou não seu pagamento.

Os serviços públicos podem ser classificados em compulsórios e facultativos, suas definições são dadas, segundo Spina (2010, pag. 15) “Os serviços públicos facultativos, remunerados por tarifa ou preço público, são os colocados à disposição da população sem que o poder público lhes imponha a utilização, por exemplo, o transporte coletivo. Também define os serviços públicos compulsórios tais como:

Os serviços públicos compulsórios remunerados por taxa, são os impostos aos administrados nas condições estabelecidas em lei, a exemplo dos serviços de coleta de lixo, de esgoto e de vacinação obrigatória. Por serem impostos coercitivamente, o usuário não tem como recusar, e paga a taxa simplesmente pelo fato de o serviço estar a sua disposição (SPINA, 2010, p. 15)

Os serviços públicos são prestados pelo Estado baseado nas necessidades básicas do ser humano, aquelas estabelecidas na Constituição Federal, ou seja, esses serviços são prestados, para que se haja o cumprimento das necessidades básicas de todos os seres humanos. (Spina, 2010). Partindo-se desse pressuposto de cumprimento das necessidades básicas, acredita-se que utilizam dos serviços públicos, pessoas que necessitam deles, sejam por não ter condição de contratar um particular, por preferir a economia do dinheiro, já que se tem oferta deles gratuitamente, ou até mesmo outro motivo.

3 METODOLOGIA

Afim de se obter os resultados e as respostas, acerca da problematização apresentada neste trabalho, essa pesquisa científica, se classifica inicialmente quanto a sua finalidade, como uma pesquisa básica estratégica, pois tem o intuito de avançar o conhecimento nos estudos efetuados, e a parcial solução do problema apresentado, deixando ainda uma pequena lacuna a ser mais aprofundada por meio de estudos posteriores. Isso se confirma, segundo Gil (2010 p. 26) que classifica a pesquisa básica estratégica como uma pesquisa onde há aquisição “de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos”

Se tratando de seu objetivo, a mesma, foi classificada, como uma pesquisa descritiva, sendo feita baseada em assuntos teóricos. Foram feitas a análise de determinados dados recolhidos prontos, de determinadas fontes, não sendo possível e nem se fazendo necessário o trabalho de campo, também foi efetuada uma correlação entre os dados obtidos, a análise dos fatos, sua descrição e por fim, sua interpretação. (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

Classificando a sua modalidade, esse estudo é classificado como uma pesquisa exploratória, sendo assim definida por WC Rodrigues (2007) “Seu objetivo é a caracterização inicial do problema, sua classificação e de sua definição. Constitui o primeiro estágio de toda pesquisa científica”.

Foram escolhidos dados numéricos, dentre os dados apresentados, um se trata dos valores do PIB (produto interno bruto), e o outro se trata dos valores referentes as despesas gastas com saúde, apresentados ambos, em milhões de reais. Girando em torno desses dados, de sua análise e geração de resultados, classifica-se sua abordagem, a utilização de métodos quali-quantitativos. No que se refere ao quantitativo, este foi usado na coleta e no tratamento dos dados, com técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). No que tange o caráter qualitativo, que também possui caráter descritivo, cujo principal objetivo, que consiste na interpretação do fenômeno objeto de estudo. (SILVA; MENEZES, 2005).

O estudo deste trabalho foi fundamentado em dados que apresentam significativa importância na definição e construção dos resultados discutidos nesta análise. Para tal, tais objetos foram estudados em fontes secundárias como trabalhos acadêmicos, artigos, livros e afins, que foram aqui selecionados. Assim sendo, o trabalho transcorreu a partir de procedimento bibliográfico e documental, visto que foram utilizados dados de outros autores, com objetivos semelhantes, para a construção de uma análise científica sobre o objeto de estudo. (GIL, 2002).

Por fim, visto que os dados que foram coletados para serem observados são referentes a um intervalo determinado, quanto a sua classificação de tempo considera-se um estudo transversal ou seccional. (BORDALO, 2006)

Assim, o trabalho é composto pelas seguintes partes: Na primeira parte foi efetuada uma contextualização do tema com constatações teóricas e também foram apresentados o objetivo principal e os objetivos secundários do trabalho, seguido pelo problema de pesquisa e a descrição da metodologia utilizada para realização do trabalho, além da justificativa. Na segunda parte foi apresentada a análise dos resultados, explicação das correlações e afins. Finalmente, nas conclusões é efetuado um diagnóstico sobre o resultado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por meio do site do IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística) e do site do Tesouro Nacional, foram feitas as coletas dos dados que foram utilizados na realização dessa pesquisa, os dados recolhidos foram analisados e processados, por meio de cálculos e de gráficos, para se chegar ao resultado final, que se pretende ser comprovado.

A amostra de dados coletados abrange os seguintes anos: 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Em relação as variáveis, podem ser citadas as seguintes: por meio do site do IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística) foram coletados os valores de PIB (produto interno bruto) em milhões de reais, apresentados na Tabela 1, dos quatro trimestres dos anos, os quais posteriormente foram somados e apresentados em seus valores anuais, portanto, apresentam os valores referentes aos valores anuais do PIB (também em milhões de reais), de todos os anos que fazem parte da amostra analisada.

Os valores do PIB (produto interno bruto) foram utilizados para que se possa observar qual o seu valor (em milhões de reais) nos anos considerados com crise, e também qual o seu valor (em milhões de reais) nos anos em que não ocorre a crise (que será determinada de acordo com o valor da taxa acumulada de PIB).

Por meio do site do IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística) também foram recolhidos os valores da taxa acumulada do PIB (produto interno bruto), também apresentados na Tabela 1, que abrangem o mesmo período de tempo. Esses valores, serão utilizados para demonstrar quais os anos podem ser considerados como anos em que ocorre a crise, dentre as amostras dos anos apresentados.

O PIB (produto interno bruto) taxa acumulada é apresentado em taxas, não se fazendo, portanto, necessário que haja à sua deflação para a análise dos anos com crise, pois não são valores monetários. Variando os valores apresentados, pode ser observado uma grande oscilação entre a amostra de anos apresentada. Esses valores, podem ser interpretados, de maneira que determinem os anos a serem considerados como anos de crise, de acordo com a definição de crise, pautada pelo PIB (produto interno bruto).

A sua interpretação, se dá, da seguinte maneira: sabe-se que o valor do PIB (produto interno bruto) representa toda a riqueza produzida no país no determinado período de tempo, portanto, nos anos cuja a taxa acumulada do PIB (produto interno bruto) apresentam-se crescentes, ou estáveis, estes por sua vez, são consideradas anos sem crise. Enquanto os anos cuja o valor da taxa acumulada se apresenta decrescente, são os anos que mais sofreram a recessão brasileira, que teve início em meados de 2014, isso porque se há regressão na economia de um país, esse portanto é um período de crise.

O site do Tesouro Nacional foi utilizado para se coletar os valores realmente gastos com despesas de saúde na União, (apresentados na Tabela 1). Sendo assim, estes valores representam a demanda com saúde pública no país. Os mesmos, foram apresentados em milhões de reais, e por serem representados em moedas, são considerados como valores nominais, pois estão representados de acordo com o valor do real em determinado ano. Isso significa que estes valores estão inflacionados, e que precisam ser apresentados igualmente, para que haja a comparação sem erros entre os valores referentes a amostra recolhida. E para que isso ocorra, se faz necessário que haja correção dos valores de cada ano.

Para correção dos valores nominais, transformando-os assim em valores reais (valores sem inflação, que estão na mesma base) foram coletadas do site do IBGE (Instituto brasileiro de geografia e estatística) os valores do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA), acumulado durante cada ano, e também os dos últimos 12 meses para servir como base, para trazer os valores para uma medida atual, sendo este 1,88%. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) que é a taxa utilizada para medir a inflação, também será utilizada para calcular os valores nominais desinflationados, chegando assim aos valores reais. Por fim, os valores reais serão comparados com os valores da taxa acumulada do PIB (produto interno bruto), para ser demonstrado o valor gasto de acordo com os anos com crise e de acordo com os anos sem crise pautados pelo PIB (produto interno bruto), conforme observado na Tabela 1.

Tabela 1 – PIB X DESPESAS DA SAÚDE

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
PIB taxa acumulada	0,50%	-3,5%	-3,3%	1,3%	1,3%
(*)Valores nominais Despesas de saúde	100.362	100.361	106.487	115.758	119.050
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,75%
(*)Valores reais Despesas de saúde	29.435	17.683	31.827	73.771	59.683

Fonte: Adaptado do site do Tesouro nacional/IBGE.

(*) em milhões de reais

Como se observou na Tabela 1, os valores nominais com despesa de saúde parecem não variar tanto de um ano para o outro, porém após serem deflacionados tornando-se valores reais, pode-se observar que os mesmos variaram tanto quanto o PIB em milhões de reais. O PIB taxa acumulada e o índice IPCA também apresentam grande variação ao longo dos anos, o que mostra que o valor do PIB e o valor do dinheiro no tempo sofrem mudanças radicais constantemente. A partir da coleta e comparação desses dados, foram observadas uma relação marcante entre os anos que apresentam crise (de acordo com a taxa acumulada de PIB), e os valores do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado dos determinados anos. Essa relação é observada de forma indireta, visto que nos anos em que o PIB - taxa acumulada, são apresentados em valores negativos, os IPCA's são apresentados em seus maiores valores. Isso significa que, nos anos em que a crise afetou a país, a inflação cresceu de forma significativa, o que agrava ainda mais a situação da crise, evidenciado por meio da Tabela 2.

Tabela 2- Comparação da taxa acumulada de PIB e do IPCA

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
IPCA acumulado	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,75%
PIB- taxa acumulada	0,5	-3,5	-3,3	1,3	1,3

Fonte: Adaptada do IBGE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se uma comparação entre a relação da demanda da saúde pública no Brasil em relação a tempos de crise no setor privado. O primeiro passo para se realizar esse trabalho foi procurar por variáveis que pudessem definir a situação econômica do país, e a demanda em relação aos serviços de saúde pública nele oferecidos, para serem confrontadas, afim de se definir se possuem uma relação, e se é classificada como direta ou inversa.

Por meio do estudo do PIB (produto interno bruto), percebeu-se que em sua definição, ele representa toda a produção final (não sofre dupla contagem para se chegar ao resultado) do país em determinado período de tempo. Foi a partir da medida da taxa do PIB (produto interno bruto) que se pode perceber uma queda nos anos de 2015 e 2016, e até mesmo em alguns meses do ano de 2017, quando ele começa a se reerguer. Sendo esses anos, considerados os anos em que ocorreu a crise.

Para a definição da demanda de saúde pública no país, optou-se por utilizar os valores que foram realmente gastos com serviços de saúde, pois estes, por sua vez, mostram o que foi ofertado e utilizado de serviços de saúde. Foram utilizados os valores gastos com despesas de saúde na União. Por serem representados em valores monetários, fez-se necessário que se faça a desinflação, para que os valores pudessem ser representados igualmente, em relação a valorização da moeda, ou seja, na mesma base de valor, permitindo assim, a sua comparação entre os anos apresentados. A partir desses valores pôde-se perceber que nos anos de 2017 e 2018, foram feitos os maiores gastos com despesa em saúde pública no país.

Por fim, em resposta ao problema de pesquisa afirma-se que, no período estudado, não existe uma relação direta do aumento da demanda de saúde pública no país com os anos de crise, visto que os anos de 2015 e 2016, que apresentaram os valores de PIB (produto interno bruto) acumulado como negativo, se mostrando anos com crise, não apresentam os maiores valores gastos com despesas no país, sendo que estes foram feitos nos anos de 2017 e 2018, que não são considerados anos com crises de acordo com o seu PIB (produto interno bruto) taxa acumulada.

As limitações referentes a este estudo, trata-se de não poder afirmar o resultado apresentado para todo e qualquer período, isto porque, tal fator se limita apenas ao período estudado, que abrange a crise no setor privado iniciada em meados de 2014, não servindo então, como uma formula fixa para que se possa concluir o resultado para todo e qualquer período. Portanto, sugere-se que os estudos feitos no decorrer do trabalho, possam vir a servir

como fonte de inspiração para posteriores pesquisas, onde pode ser realizado estudos semelhantes a este, tomando como base outros período de crise, ou outras regiões específicas, sendo mais restrito na análise.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Werner. A temática dos indicadores sociais e sua resultante atual: a qualidade de vida. Indicadores Sociais de Sergipe, AractTMaju, v. 3, 1981, p. 187-204.

BORDALO, Alípio Augusto. Estudo transversal e/ou longitudinal. Revista Paraense de Medicina, v. 20, n. 4, p. 1, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e desenvolvimento econômico. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de, 2008.

CZIMIKOSKI, Fernando. O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico?. Repositório Institucional da UFSC, Florianópolis, 2015.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Ciência Aplicada. Blumenau, v. 2, n. 04, p. 01-13, 2008.

FIGUEREDO, Lúcia Valle. Curso de direito administrativo. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2003

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. Título da matéria. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

OLIVEIRA, Alcivam Paulo. A relação entre o público e o privado na educação superior no Brasil e o programa Universidade para todos (PROUNI): ambiguidades e contradições. Attena-Repositório digital da UFPE, 2007.

SANTIAGO, Marlene Ferreira; DA SILVA, José Luis Gomes. Evolução e composição da carga tributária brasileira. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2005, 2.1.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. Pensamento Plural, Rio Grande do Sul, v.1, n. 1, p. 113-142, jul-dez./2007.

SENHORAS, Eloi Martins. Novo Coronavírus e seus impactos econômicos no mundo. Boletim de conjuntura (BOCA), v. 1, n. 2, p. 39-42, 2020.

SIEDENBERG, Dieter. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. *Desenvolvimento em Questão*, v. 1, n. 1, p. 45-71, 13 out. 2011.

SPINA, Mariana Ferreira. O Princípio da continuidade dos serviços públicos. *REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO-UFU*, 2010, 38.1.

TESOURONACIONAL. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2020.

NETO, Floriano Peixoto de Azevedo Marques. Nova regulação dos serviços públicos. *Revista de direito administrativo*, 2002, 228: 13-30.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, William Costa. *Metodologia científica*. Faetec/IST. Paracambi, p. 01-20, 2007.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1987.

SILVA, Edna Lúcia.; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis, 2005.